RESOLUÇÃO Nº 002/2023

Regulamenta o processo para a escolha dos Conselheiros Tutelares nas eleições de 2023.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – COMDICA do Município de Vale do Sol - RS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 139 da lei Federal nº 8.069/90 (ECA), Resolução nº 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que altera a Resolução 170/2014, art. 45 da Lei Municipal nº 1.366/15 e da Resolução do COMDICA nº 002/23, para o mandato de 10 de janeiro de 2024 a 10 de janeiro de 2028. RESOLVE expedir a seguinte Resolução:

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 1º O processo para a escolha dos Conselheiros Tutelares do Município de Vale do Sol, de que tratam os arts. 40 a 44 da lei Municipal nº 1.366/15, ocorrerá através de eleição pelo voto direto, secreto, universal e facultativo dos cidadãos do Município.

Art. 2º O processo será conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – COMDICA e fiscalizado pelo Ministério Público, e reger-se-á pelo disposto nesta Resolução.

§1º Dentre os integrantes do COMDICA são destacados membros paritamente representantes da Administração e da Sociedade Civil, os quais comporão a Comissão Especial Eleitoral responsável pela condução de todo o processo de escolha, sendo eles:

I - Salete dos Passos Faber

II – Régis Dattein Solano

III – Lenio Augusto Trevisan

IV - Cláudia Cristiane Müller Costa

V - Cintia Marisa Kern

VI - Aline Fleck Barrozo

VII - Bianca de Los Magagnin

VIII – Delci Clair Manns

§ 2º Os integrantes da Comissão Especial Eleitoral escolherão, dentre seus integrantes, um presidente, sendo o nome do escolhido divulgado no Edital de abertura das inscrições para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

CAPÍTULO II

DAS INSTÂNCIAS ELEITORAIS

Art. 3º Constituem instâncias eleitorais:

I – o COMDICA; e

II – a Comissão Eleitoral.

Art. 4º Compete ao COMDICA:

I – compor a Comissão Eleitoral;

II – expedir Resoluções acerca do processo eleitoral naquilo que se fizer necessário;

III – julgar;

a) Os recursos interpostos contra a decisão da Comissão Eleitoral;
b) As impugnações ao resultado geral da eleição;

IV – publicar o resultado geral das eleições; e

V – proclamar os eleitos.

Art. 5º Compete á Comissão Especial Eleitoral:

I – coordenar o processo eleitoral e dar-lhe ampla publicidade;

II – receber, analisar e homologar o registro das candidaturas, fazendo-se publicar a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público;

III – receber e analisar as impugnações e recursos apresentados pelos interessados em todas as fases do processo de escolha, encaminhando-as ao Presidente do COMDICA, quando for o caso;

IV – notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para a defesa, no caso de impugnações e outros recursos de que sejam partes interessadas;

V – realizar reuniões destinadas a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

VI – selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como, seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha;

VII – publicar a lista dos mesários e dos fiscais da votação;

VII – receber, processar e julgar as impugnações a mesários e apuradores;

IX – escolher e divulgar os locais do processo de escolha;

X – notificar o Ministério Público de todas as fases do processo de escolha;

XI – solicitar ao comando da Policia Militar e Guarda Municipal local, efetivo para garantir a ordem e a segurança dos locais de votação e apuração;

XII – fiscalizar a eleição e a apuração dos votos;

XII – processar e decidir as denúncias referentes á propaganda eleitoral;

XIV – receber e divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial do processo de escolha, encaminhando o material referente ao pleito ao COMDICA;

XV – tomar todas as demais providências necessárias para a realização do pleito; e

XVI – resolver os casos omissos.

§ 1º Para analisar e decidir acerca de recursos e impugnações poderá a Comissão realizar reuniões e, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligencias que se fizeram necessárias.

§ 2º As decisões da Comissão Especial Eleitoral serão tomadas pela maioria de seus membros.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE ESCOLHA

SEÇÃO I

DO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO DE ESCOLHA E SUA DIVULGAÇÃO

Art. 6º O processo de escolha dos Conselheiros Tutelares terá inicio com a publicação do Edital de Convocação que, obrigatoriamente, conterá:

I – período de inscrição que durará, no mínimo 30 dias;

II – requisitos necessários á inscrição, definidos no art. 12 desta resolução;

III – prazos para recursos e impugnações;

IV – regras de divulgação do processo de escolha;

V – condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções, conforme previsto na Lei local;

VI – composição da Comissão Especial Eleitoral encarregada de conduzir o processo de escolha;

VII - período de campanha eleitoral;

VIII – outros prazos recursais referentes a etapas do processo de escolha.

§ 1º O Edital de Abertura deverá ser publicado com antecedência de, no mínimo, 03 (três) meses da data do pleito.

§ 2ª Ao Edital de Abertura dar-se-á ampla divulgação, devendo o mesmo ser publicado no Diário Oficial do Munícipio, se houver, bem como, em todos os meios de imprensa oficial definidos nesta Resolução, devendo ser também afixado em locais de amplo acesso ao público.

§ 3º Para os fins a que se refere o § 2º deste artigo, também deverão ser realizadas chamadas em rádio local, jornais e outros meios de divulgação.

§ 4º A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre as atribuições do Conselho Tutelar e sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e da juventude, conforme dispõe o art. 88, inciso VII, da Lei nº 8.069, de 1990.

SEÇÃO II

DA DATA, LOCAL E PROVIDÊNCIAS PARA A ELEIÇÃO

Art. 7º Para a realização do processo de escolha através de eleição deverá ser solicitado à Justiça Eleitoral local o empréstimo das urnas.

§ 1º A elaboração do software, para o processo de escolha, caso a opção seja pelas urnas eletrônicas, fica a cargo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e dos Adolescentes observado as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Regional Eleitoral da localidade.

§ 2º Em caso de impossibilidade de obtenção de urnas eletrônicas, deverá ser solicitado á Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas comuns a fim de que a votação seja feita manualmente.

§ 3º No caso de utilização de urnas comuns, a Comissão Especial deverá providenciar a confecção das cédulas, conforme modelo a ser aprovado pelo COMDICA.

§ 4º Na hipótese do § 3º deverá ser publicado Edital com a definição dos critérios a serem adotados para a votação por meio deste procedimento.

§ 5º Além do empréstimo das urnas, deverá ser requerido á Justiça Eleitoral cópia das listas de eleitores, com as respectivas Zonas e Seções Eleitorais, bem como, endereço dos locais de votação.

Art. 8º A eleição será realizada em locais públicos e de fácil acesso, observados os requisitos essenciais de acessibilidade.

Parágrafo único: Os locais de votação serão divulgados por meio de Edital próprio, com a antecedência de 30 (trinta) dias da data da eleição.

Art. 9º A eleição realizar-se-á no dia 01 de outubro de 2023, no período compreendido entre 8h e 17h, horário de Brasília – DF.

Art. 10º Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente envidar esforços para que o número seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

Parágrafo único. Caso o número de candidatos registrados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para a inscrição de novas candidaturas.

Art. 11º Considerar-se-ão eleitos os 5 (cinco) candidatos que obtiverem maior votação nas eleições e suplentes os demais subsequentes, observada a ordem decrescente resultante da eleição.

SEÇÃO III

DOS REQUISITOS PARA A CANDIDATURA A CONSELHEIRO TUTELAR

Art.12 São requisitos para candidatar-se á função de Conselheiro Tutelar:

I – reconhecida idoneidade moral;

II – idade superior a 21 anos;

III – residir no Município;

IV – ser eleitor, e

V – escolaridade mínima em nível de Ensino Médio Completo.

Parágrafo único. Os requisitos referidos nos incisos I a V deste artigo devem ser exigidos também para a posse e mantidos pelo período que durar o mandato, como condição para o exercício da função de Conselheiro Tutelar.

SEÇÃO IV

DAS INSCRIÇÕES E REGISTRO DAS CANDIDATURAS

Art. 13º A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas nesta Resolução, bem como, das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial Eleitoral em relação as quais não poderá alegar desconhecimento.

Art. 14º A inscrição será gratuita e deverá ser realizada pessoalmente pelo candidato.

Art. 15º As informações prestadas na Ficha de Inscrição, em modelo a ser disponibilizado juntamente com o Edital de abertura das inscrições, bem como, o seu preenchimento, são de exclusiva responsabilidade de candidato, ficando sob sua inteira responsabilidade as informações prestadas, arcando com as consequências eventuais erros de preenchimento da ficha.

Art. 16º As inscrições ocorrerão de 02 de maio a 02 de junho de 2023, no horário das **9:00 às 11:00 e das 14:00 às 16:00,** na Prefeitura Municipal, situado na Rua Augusto Emmel, 96, Vale do Sol.

Parágrafo único. No caso de prorrogação das inscrições com fundamento no parágrafo único do art. 10º, o prazo para novas inscrições será de 05 (cinco) dias, sem qualquer prejuízo aos candidatos já inscritos.

Art. 17º São documentos necessários á inscrição, de forma a demonstrar o adimplemento dos requisitos para a candidatura constante no art. 12º desta Resolução, os seguintes:

I – Ficha de inscrição, em modelo a ser disponibilizado juntamente com Edital de abertura das inscrições, devidamente preenchida;

II – Certidões negativas da Justiça Estadual e Federal de condenação com sentença transitada em julgado por contravenções penais, crimes comuns e especiais;

III – Cópia autenticada do documento oficial de identificação, sendo para este fim assim considerada a cédula de identificação expedida por Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Policia Militar, pela Policia Federal; a identidade expedida pelo Ministério das Relações Exteriores para estrangeiros; a identificação fornecida por ordens ou conselhos de classes que por Lei tenham validade como documento de identidade; a Carteira de Trabalho e Previdência Social; o Certificado de Reservista; o Passaporte e a Carteira Nacional de Habilitação com fotografia, na forma da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;

IV – Certidão de quitação da Justiça Eleitoral;

V – Cópia autenticada de conta de energia elétrica, água ou telefone, guia de pagamento de imposto (IPVA, IPTU, entre outros) ou contrato de locação de imóvel, em nome do candidato. Caso o candidato não possua estes documentos em seu nome, poderá comprovar a residência por meio de declaração com firma reconhecida em cartório, acompanhada de cópia de um dos documentos antes citados em nome da pessoa com quem declara residir;

VI – Cópia autenticada de certidão, diploma ou histórico escolar, expedido por estabelecimento de ensino público ou particular, devidamente reconhecido pela legislação vigente, comprovando a conclusão do Ensino Médio.

VII – Uma foto 3X4;

§ 1º As cópias apresentadas não serão devolvidas em hipótese alguma.

§ 2º Não serão recebidos documentos originais, sob qualquer hipótese ou alegação.

§ 3º Os documentos poderão ser autenticados no ato da inscrição pelos membros da Comissão, desde que o candidato apresente para conferência os originais juntamente com a cópia.

Art. 18º O deferimento da inscrição dar-se-á após a verificação do correto preenchimento da Ficha de Inscrição e apresentação da documentação exigida pelo art. 17, que

é de exclusiva responsabilidade do candidato, não sendo admitida a entrega de qualquer documento após o prazo de encerramento das inscrições.

Art. 19º A Comissão Especial Eleitoral no prazo de 03 (três) dias úteis a contar do encerramento das inscrições deverá se reunir e por meio de ata deliberar acerca da homologação das inscrições.

§ 1º no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da publicação do Edital, no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal, o candidato deverá apresentar recurso que será julgado pela Comissão Especial Eleitoral no prazo de 02 (dois) dias úteis.

§ 2º Após o julgamento dos recursos ou transcorrendo os prazos sem a manifestação dos candidatos que tiveram a inscrição indeferida, no prazo de 02 (dois) dias úteis será publicado Edital, no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal, pelo COMDICA no qual constará a lista nominal dos inscritos cuja inscrição foi homologada.

Art. 20 Publicada a lista dos inscritos será aberto prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da publicação, para pedidos de impugnação de inscrições.

§ 1º Constitui motivo de impugnação o não preenchimento de qualquer dos requisitos para a candidatura ou a incidência de alguma hipótese de impedimento para o exercício da função de Conselheiro Tutelar prevista na legislação em vigor.

§ 2º As impugnações podem ser apresentadas por qualquer cidadão ou pelo representante do Ministério Público, com a devida fundamentação e comprovação das razões alegadas, através de formulário conforme modelo a ser disponibilizado juntamente com o Edital.

§ 3º Para analisar e decidir acerca das impugnações, poderá a Comissão realizar reuniões e, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências que se fizeram necessárias.

§ 4º A Comissão tem, a partir do recebimento das impugnações, o prazo de 02 (dois) dias úteis para publicar Edital, no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal, a relação dos candidatos com candidatura impugnada para que apresentem suas defesas, o que deve ocorrer até 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação do Edital.

§ 5º A Comissão Especial Eleitoral publicará Edital, no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal da sua decisão, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da sua deliberação.

Art. 21º Concluídos os prazos para recursos de impugnações e julgados aqueles eventualmente interpostos, serão homologadas em definitivo as inscrições e será publicado novo Edital pelo COMDICA, no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal, constando a lista final dos candidatos com candidatura registrada, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do encerramento dos julgamentos.

Parágrafo único. Após a homologação das candidaturas, no prazo de 01 (um) dia útil, será atribuído um número ao candidato mediante sorteio, em ato público, cujo resultado será publicado por Edital.

SEÇÃO V

DA PROPAGANDA ELEITORAL

Art. 22º O período de propaganda eleitoral terá inicio no dia imediatamente posterior ao da publicação do Edital, no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal, que indica o número de cada candidato encerrando-se às 23h59min do dia 30 de setembro.

Art. 23º Toda propaganda eleitoral será realizada sob a responsabilidade dos candidatos, que responderão solidariamente pelos excessos praticados por seus simpatizantes.

Art. 24º Não será permitida propaganda eleitoral que implique grave perturbação á ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

§ 1º Considera-se propaganda eleitoral que implique grave perturbação á ordem a que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

§ 2º Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos a oferta, a promessa ou a entrega de dinheiro; dádivas, benefícios ou vantagens de qualquer natureza, incluídos brindes de pequeno valor, em troa de apoio a candidaturas.

§ 3º Considera-se propaganda enganosa:

I – promessa de resolver eventuais demandas que não se enquadrem nas atribuições do Conselho Tutelar;

II – a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionados pelo Conselho Tutelar; e

III – qualquer outra prática que induza dolosamente o eleitor a erro com objetivo de auferir vantagem a candidaturas.

Art. 25º Qualquer cidadão, fundamentadamente, poderá denunciar á Comissão Especial Eleitoral a existência de propaganda eleitoral irregular.

§ 1º A Comissão Especial Eleitoral processará e decidirá as denuncias referentes á propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

§ 2º Nos casos de denúncias caberá a Comissão notificar o candidato denunciado no prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da ciência da denúncia.

§ 3º O candidato notificado terá o prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da notificação para encaminhar defesa á Comissão Especial Eleitoral.

§ 4º Para instruir sua decisão, a Comissão Especial Eleitoral poderá ouvir testemunhas, determinar a produção de outras provas e efetuar diligências, tendo o prazo de 01 (um) dia útil para chegar à conclusão sobre a denúncia.

§ 5º O candidato e o denunciante serão notificados da decisão da Comissão Especial Eleitoral no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação.

Art. 26ª Da decisão da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso ao COMDICA, que deverá ser apresentado em 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação.

Paragrafo único. O COMDICA deverá manifestar-se sobre o recurso em até 01 (um) dia útil do seu recebimento.

SEÇÃO VI

DOS MESÁRIOS

Art. 27. Os mesários serão, preferencialmente, servidores indicados pelos Poderes Executivo e Legislativo municipais, nominalmente, em número a ser definido pelo COMDICA, suficiente para atender á demanda do processo de eleição.

§ 1° Na impossibilidade de completar-se o quadro de mesários com servidores municipais, o COMDICA e a Comissão Eleitoral ficam autorizados a convocar outros cidadãos, indicados pelas entidades representativas da sociedade civil que compõe o COMDICA.

§ 2° A atuação dos representantes das entidades referidas no paragrafo anterior será gratuita.

Art. 28° Não podem atuar como mesários:

I – candidatos e seus parentes, ainda que por afinidade, até o segundo grau, em linha reta ou colateral.

II – cônjuge ou companheiro de candidato; e

III – pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para candidato.

Art. 29° A lista contendo a nominata dos mesários que trabalharão na eleição será publicada em Edital pelo COMDICA, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da realização do pleito.

Parágrafo único. O candidato ou qualquer cidadão poderá impugnar a indicação de mesário, fundamentalmente, no prazo de 01 (um) dia útil, contados da publicação do Edital com a respectiva nominata, nos moldes do formulário cujo modelo constará anexo ao Edital de abertura das inscrições.

Art. 30° A Comissão Especial Eleitoral processará e decidirá as impugnações a mesários no prazo de 01 (um) dia útil do encerramento do prazo para a entrega das impugnações, e, será publicado no Edital, no painel de publicações oficiais da Prefeitura da sua decisão, dentro de 01 (um) dia útil a contar a decisão.

Art. 31° Da decisão da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso ao COMDICA, que deverá ser apresentado em 01 (um) dia útil, contados da publicação do Edital.

Paragrafo único. O COMDICA deverá manifestar-se sobre o recurso em até 01 (um) dia útil do seu recebimento e publicará Edital com a relação definitiva dos mesários no prazo de 01 (um) dia útil da sua decisão.

Art. 32º Compete aos mesários, antes do inicio da votação, verificar se o local escolhido para a eleição está em ordem, assim como o material remetido pela Comissão Especial Eleitoral, a urna e cabine indevassável.

Art. 33º Na hora designada para o inicio da votação, cumpridas as exigências previstas nesta Resolução, o presidente da Mesa, a ser assim designado pela Comissão Especial Eleitoral, declarará iniciados os trabalhos.

Art. 34º os mesários devem orientar os eleitores para que, antes de ingressar no recinto da cabine, se apresentem a Mesa Eleitoral portando o documento oficial de identificação com fotografia.

§ 1º Os mesários registrarão na folha de controle de votação, o nome do eleitor e o número do documento com fotografia.

§ 2º Após o registro, o mesário deverá coletar do eleitor sua assinatura na folha de controle de votação, quando este último deverá conferir seus dados.

Art. 35º Compete ao Presidente da Mesa ou a quem designar como secretário, o registro de todos os acontecimentos que ocorrerem no curso da votação em ata, onde serão colhidas as assinaturas das partes envolvidas, bem como, de eventuais testemunhas, quando houver.

SEÇÃO VII

DA VOTAÇÃO

Art. 36º Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral, observadas as zonas eleitorais estabelecidas pelo Tribunal Regional Eleitoral, que poderão ser agrupados por local ou região para melhor atender á operalização do processo de escolha e serão divulgados por meio de Edital, com antecedência de 30 (trinta) dias da data da eleição.

Art. 37º Podem votar os maiores de 16 (dezesseis) anos, inscritos como eleitores do Município até 03 (três) meses antes do processo de eleição, devendo o eleitor apresentar, por ocasião da votação, o titulo de eleitor e/ou documento oficial com fotografia.

Paragrafo único. A identidade do eleitor poderá ser objeto de impugnação junto ás mesas receptoras de votos, devendo tudo ser registrado em ata de votação.

Art. 38º O eleitor deverá votar em cinco candidatos.

Parágrafo único. O voto em número de candidatos inferior ao referido no caput será considerado nulo.

Art. 39º O sigilo da votação será garantido por meio do isolamento do eleitor em cabine indevassável, onde serão afixadas listas com o nome, apelido e número do candidato.

Art. 40º O Presidente da Mesa Eleitoral, verificando chegar a hora do encerramento da votação e existindo eleitores ainda por votar, distribuirá senha para votação dos presentes no recinto, proibindo a partir desse horário o ingresso de outros eleitores que ali não estivessem neste momento.

Art. 41º O encerramento da votação implica na lacração da urna eleitoral pelo presidente da Mesa, assinado por todos os componentes da Mesa e pelos fiscais presentes ao ato.

SEÇÃO VIII

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 42º Cada candidato poderá credenciar 1 (um) fiscal para atuar junto á mesa receptora de votos, antes do inicio da votação.

§ 1º O fiscal receberá, neste momento, "crachá de identificação" que obrigatoriamente deverá ser usado durante todo o dia da eleição.

§ 2º Não será permitida a acumulação da função de fiscal com a de membro da Mesa Eleitoral, ou de qualquer outra função a ser exercida em razão da eleição.

Art. 43º Se o fiscal verificar alguma irregularidade deverá comunica-la ao Presidente da Mesa eleitoral onde estiver atuando.

§ 1º O Presidente da Mesa Eleitoral verificará a natureza da irregularidade apontada pelo fiscal e tomará as providências para corrigi-la, se procedente, podendo indeferi-la, caso entenda que esta não tem cabimento.

§ 2º Caso o Presidente da Mesa Eleitoral não consiga resolver a ocorrência verificada, deverá entrar em contato imediatamente com um membro da Comissão Especial Eleitoral para auxiliá-lo.

Art. 44º Os fiscais que atuarem perante as Mesas Eleitorais deverão assinar as atas de inicio e encerramento dos trabalhos.

Art. 45º Eventual comportamento inadequado por parte do fiscal poderá resultar na determinação, pelo Presidente da Mesa, para que se retire do local da votação, sem qualquer prejuízo ao regular andamento do pleito.

SEÇÃO IX

DAS OCORRÊNCIAS E IMPUGNAÇÕES

Art. 46º As ocorrências e impugnações constantes das atas de votação referentes ao dia da eleição serão julgadas pelo Presidente da mesa, ao final da votação e antes da apuração, salvo aquelas referentes ao parágrafo único do art. 37º, que deverão ser julgadas no momento da impugnação.

Art. 47º Das decisões do Presidente da Mesa caberá recurso ao COMDICA, que deverá ser apresentado no ato, por escrito e devidamente fundamentado, sob pena de não recebimento, salvo quanto aqueles referentes ao parágrafo único do art. 37º, quando a decisão do Presidente de Mesa é soberana.

§ 1º O COMDICA terá o prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do recebimento dos recursos, que ocorrerá ao final do pleito, para julgá-los, o que não impede a publicação de Edital com o resultado preliminar do pleito.

§ 2º O resultado do julgamento dos recursos será publicado no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal, aos interessados no prazo de 02 (dois) dias úteis da deliberação da Comissão e caso altere o resultado das eleições será objeto de publicação de Edital.

SEÇÃO X

DA APURAÇÃO E DO RESULTADO

Art. 48º A apuração dos votos será realizada em um único local, a ser escolhido pela Comissão Especial Eleitoral e divulgado juntamente com a lista dos locais de votação, por Edital.

Art. 49º Na fase de apuração da urna eleitoral será permitido ingresso ao recinto apenas dos candidatos, seus fiscais, os membros da Comissão Especial Eleitoral, do COMDICA e representante do Ministério Público, todos devidamente identificados por crachás fornecidos pela Comissão Especial Eleitoral.

Art. 50º O Presidente da Comissão Especial Eleitoral determinará a abertura da apuração.

Art. 51º os candidatos e os fiscais deverão manter distância mínima pré-estabelecida da Mesa Apuradora, visando não atrapalhar o bom andamento dos trabalhos, sob pena de serem retirados do local de apuração.

Art. 52º Os mesários expedirão boletim de apuração de cada urna apurada, o qual deverá conter:

I – a data da eleição;

II – o número de votantes;

III – as seções eleitorais correspondentes;

IV – o local em que funcionou a mesa receptora de votos;

V – o número de votos impugnados;

VI - o número de votos por candidato; e

VII – o número de votos brancos, nulos e válidos.

Art. 53º Cópia do boletim de apuração será afixada em local onde possa ser consultada pelo público.

Art. 54º Encerrada a apuração, os mesários entregarão o boletim e a data de apuração e devolverão o material utilizado na eleição á Comissão Especial Eleitoral.

Art. 55º Em caso de empate entre candidatos será considerado eleito aquele mais idoso.

Art. 56º Encerrado o trabalho de todas as Mesas de Apuração, o Presidente da Comissão Especial Eleitoral, de posse do resultado e do material utilizado na eleição, pronunciará o resultado da apuração, declarará o encerramento dos trabalhos e providenciará a imediata lavratura da respectiva ata de encerramento que será assinado por ele, demais membros da comissão, candidatos presentes, que assim desejarem membros do COMDICA e representante do Ministério Público.

Art. 57º A Comissão Especial Eleitoral, computados os dados constantes dos boletins de apuração, homologará o resultado preliminar da eleição e publicará Edital dando-lhe conhecimento;

Art. 58º Do resultado preliminar cabe recurso ao COMDICA, o qual deverá ser apresentado em até 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação do Edital;

§ 1º O recurso deverá ser por escrito e devidamente fundamentado;

§ 2º O COMDICA decidirá os recursos em reunião convocada exclusivamente para este fim, no prazo de 01 (um) dia útil de seu recebimento e publicará Edital com o resultado definitivo do pleito.

SEÇÃO XI
DA POSSE DOS ESCOLHIDOS

Art. 59º A posse dos Conselheiros Tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro de 2024 e obedecerá ao disposto no art. 45º da lei Municipal nº 1.366/15, oportunidade em que prestarão o compromisso de defender, cumprir e fazer cumprir no âmbito de sua competência os direitos da criança e do adolescente estabelecidos na legislação vigente.

Paragrafo único. Os eleitos serão diplomados e empossados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA, com registro em ata e nomeados pelo Prefeito Municipal, por Portaria.

Art. 60º Será exigido para a posse à apresentação dos seguintes documentos:

I – Declaração de bens;

II – Declaração de acúmulo de cargo, emprego ou função pública ou privada;

III – Declaração de que não é cônjuge, companheiro (a), ainda que em união homoafetiva, ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de nenhum outro Conselheiro Eleito, bem como, de que não mantém nenhuma destas relações com a autoridade judiciária e/ou com o(a) representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e Juventude na Comarca do Município de Vera Cruz.

Paragrafo único. Na hipótese de terem sido eleitos candidatos que guardem qualquer das relações referidas no inciso III do art. 60º, terá direito á vaga àquele que tiver obtido maior votação no pleito e, em caso de empate, o que for mais idoso.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 61º Admitir-se-á um único recurso por candidato para cada instância recursal, em cada fase do processo, sendo que os recursos interpostos em desacordo com as especificações contidas nesta Resolução não serão apreciados.

Art. 62º Computar-se-ão os prazos previstos nesta lei, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.

Paragrafo único. Os prazos somente correrão em dias úteis.

Art. 63º Todos os atos praticados pela Comissão Especial Eleitoral e pelo COMDICA no curso deste processo eleitoral serão informados ao Ministério Público.

Art. 64º O descumprimento dos dispositivos legais previstos nesta Resolução implicará na exclusão do candidato ao pleito,

Art. 65º As informações referentes ao processo objeto desta Resolução serão prestadas pelos integrantes da Comissão Especial Eleitoral, no Centro Administrativo da Prefeitura

Municipal de Vale do Sol, na Rua Augusto Emmel, nº 96 – Bairro Centro, no Município de Vale do Sol.

Art. 66º As publicações relativas ao processo de eleição dos Conselheiros Tutelares serão veiculadas no átrio da Prefeitura Municipal, no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal.

Art. 67º Os casos omissos serão resolvidos pelo COMDICA, que poderá expedir Resoluções acerca do processo eleitoral sempre que se fizer necessário.

Art. 68º Cabe ao Município de Vale do Sol o custeio de todas as despesas decorrentes do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

Art. 69º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Vale do Sol, 03 de abril de 2023.

Salete dos Passos Faber

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente de Vale do Sol